

A RELAÇÃO DA MÍDIA COM O MEIO AMBIENTE

Fábio dos Reis Pinto*

Joana de Lemos Cordeiro Serra**¹

RESUMO

A temática ambiental tem ganhado cada vez mais espaço na mídia nacional e regional, os motivos para isso são dos mais variados possíveis e dependem de cada localidade do país. O objetivo é relatar como os jornais vêm adotando esse assunto e as suas variáveis.

Palavras chaves: jornalismo; meio ambiente; imprensa; mídia; comunicação; sustentabilidade

ABSTRACT

The environmental issue has been gaining more space in national and regional media, the reasons for this are the most varied possible and depend on each locality of the country. The goal is to report how newspapers are adopting this matter and its variables.

Keywords: journalism, environment, press, media, communication, sustainability

¹ *Administrador de Empresa. Graduado na Universidade Tuiuti do Paraná em 2009

** Jornalista. Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade Tuiuti do Paraná em 2011.

INTRODUÇÃO

Meio ambiente não é somente florestas e animais, mas tudo que envolve alguma forma de vida. É como um ciclo no qual um elemento depende do outro para a existência de todos. Tudo o que é feito contra qualquer um desses elementos afeta a estrutura. Por isso, meio ambiente é também qualidade de vida.

O movimento ambientalista se inicia após a revolução industrial na Inglaterra, com o aumento da poluição e o uso desenfreado dos recursos naturais que começam a chamar a atenção de alguns cientistas e estudiosos. No Brasil, ele surge alguns anos antes da década de 1940 e, dependendo do poder do movimento ou de seus organizadores, conseguiram espaço e o apoio da mídia local e nacional. Sempre houve preocupação com a divulgação do tema, porém nem sempre com o conhecimento sobre o assunto. Para a jornalista Teresa Urban, “Na verdade, temos pouco tempo de democracia, pouco exercício, pouca prática nessa área e os ambientalistas não fogem à regra.” (2000; p. 250).

Desde aquela época, os movimentos cresceram, os discursos mudaram e as conquistas aconteceram aos poucos. Entre os estados que mais se destacaram com esses movimentos estão São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Estes receberam influências dos movimentos já existentes no exterior, principalmente na Europa.

Para ilustrar esse trabalho e torna-lo completo é preciso esclarecer também o que é meio ambiente e qual é a importância dele no dia a dia e na existência da vida humana. Acredita-se que explicando do que se trata e como o tema é usado atualmente pela mídia é possível mudar atitudes e melhor esclarecer temas históricos, principalmente em nosso país. O comportamento de uma sociedade é retratado e pautado pela mídia, pelos formadores de opinião, na qual os jornalistas são e estão diretamente relacionados.

Para tal, foi realizada pesquisa bibliográfica contextualizando os principais acontecimentos políticos, sociais e ambientais na história nacional e internacional. O objetivo é compreender o comportamento da mídia e a influência que determinados acontecimentos exerceram sob a narrativa midiática dos fatos ambientais de cada época da nossa história.

1. MEIO AMBIENTE, HISTÓRICOS E DEFINIÇÕES

A preocupação com o meio ambiente surge antes da sociedade moderna. É possível encontrar em alguns indícios em textos de Platão, na Grécia antiga, e também em textos de Plínio, em Roma. A diferença é que essa preocupação não era relatada como “meio ambiente”, mas como ambiente natural ou natureza. Ambos filósofos se afligiam com a escassez e o abuso dos recursos naturais que facilitavam as erosões e prejudicavam a produção agrícola. Segundo Alencastro (2009; p.146) “sabe-se também que, em 1669, Colbert, o primeiro ministro francês, a fim de reverter o problema da escassez da madeira, promulgou um decreto para proteção das águas e florestas”.

Os anos entre 1880 e 1910 foram os primeiros em que se enfatizou uma preocupação com o meio ambiente. É nesse período que datam as primeiras legislações ambientais e planejamentos do uso racional dos recursos naturais no Ocidente. Eram na Europa e nos Estados Unidos onde nasciam os primeiros movimentos populares com a preocupação em temáticas ambientais.

Em todos os lugares onde essas preocupações eram manifestadas, o conceito de meio ambiente foi sendo construído junto com o próprio movimento ambientalista. No Brasil, os estudos nessa área eram pouco comum e receberam muita influência dos países europeus e dos Estados Unidos, onde se publicavam mais estudos sobre o assunto e as manifestações eram maiores.

Segundo a jornalista Teresa Urban (2001; p.31), as primeiras manifestações em prol a proteção do meio ambiente, no Brasil, aconteceram na década de 30. Nessa época já se falava na criação de um Código Florestal Brasileiro, assinado em 1934, e que vem sofrendo muitas alterações desde então. O Código se baseou em estudos que já alertavam para o perigo da degradação das florestas. Ele também teve a influência de muitos dos movimentos ambientalistas, política e sofreu censuras da ditadura militar da época.

Os movimentos eram liderados por artistas, cientistas e intelectuais que tinham contato com pessoas de outras partes do mundo e começaram a prestar atenção nas poucas pesquisas que analisavam a situação da fauna e flora brasileira. Eram estudos que mostravam o nível de poluição do ar, o aumento populacional e o buraco na camada de ozônio. Eles receberam a influência de muitos movimentos já ocorrentes no exterior e alegavam, como foi provado com inúmeros estudos depois,

que a revolução industrial e o rápido crescimento econômico das nações mais ricas eram os principais fatores de degradação dos recursos naturais. Alguns tiveram apoio dos jornalistas e empresários donos de jornais, outros nem tanto.

Na década de 1940, eram publicados ensaios que chamavam a atenção para a degradação do meio ambiente no Rio Grande do Sul e que recomendavam a criação de pelo menos dois parques florestais que protegesse a mata nativa no estado por Wanderbild Duarte de Barros.

Já os anos depois de 1950 foram marcados pela formação das primeiras entidades e sociedades que protegiam o meio ambiente. Em 1955 foi fundada a “União de Proteção à Natureza”, por Henrique Luís Roessler que logo depois começou a publicar crônicas sobre o assunto no jornal *Correio do Povo*. Um ano depois foi a vez da “Associação de Defesa da Flora e da Fauna”, depois transformada em “Associação de Defesa do Meio Ambiente”. A associação apoiava a campanha em defesa de florestas do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, e que resultou na declaração da “reserva florestal” pelo então governador Jânio Quadros.

Em 1958 um grupo de cientistas, políticos e jornalistas criou a “Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza” (FBCN). O movimento era inspirado nas associações de Londres e, durante o governo de Jânio Quadros, conseguiu colocar alguns membros para influir nas discussões políticas que defendiam a proteção ambiental. Também participou das discussões para a criação das áreas protegidas pelo governo federal. Além disso, a fundação atuava divulgando o “Boletim Informativo”, alguns artigos sobre o aspecto dos movimentos conservacionistas, o que atingia um grande número de leitores e gerou outros debates.

Os anos da década de 1960 foram marcados pela atualização do Código Florestal Brasileiro, assinado em 1965. O documento recebeu influencia das exigências internacionais para a instalação de empresas estrangeiras no país com a abertura econômica que o Brasil começava a viver.

Já a de 1970 é marcada pelo aumento das entidades em prol do meio ambiente e pelas primeiras manifestações ambientais e, principalmente, contra a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que foi efetivada na década de 1980 e alagou 43 hectares acabando com o Parque Nacional das Sete Quedas. O projeto não foi submetido a nenhuma análise de impactos ambientais, mas o Centro Nacional de Recursos Genéticos apresentava a preocupação com o sumiço de uma

parcela considerável dos recursos genéticos da fauna e da flora da região seriam irremediavelmente perdida.

Em 1973 ocorreu a primeira movimentação artística em prol do meio ambiente que se tem registro. Ocorreu em São Paulo, e protestava contra a poluição urbana. O artista plástico Emilio Miguel Abellá foi às ruas com cartazes pendurados nas costas e uma máscara de oxigênio. O que influenciou outros artistas e originou um grande movimento da categoria. As manifestações receberam o nome de “Cruzadas Ecológicas do Movimento Arte e Pensamento Ecológico” e passaram por várias grandes cidades brasileiras, inclusive Curitiba, em 1977, onde muitos artistas pintavam temas ambientais em outdoors.

Em 1981 a Secretaria Especial de Meio Ambiente do Governo Federal aprovou a lei da Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) marcou a história quando produziu, em 1984, cerca de vinte mapas ambientais do estado. Para realizá-lo foram entregues questionários nos 600 municípios do estado, no mínimo 30 em cada um. A partir das respostas dadas pela população de cada município foi feito um diagnóstico da percepção da comunidade sobre meio ambiente. Foi a partir das informações fornecidas pela população local que a Companhia começou a entender melhor a complexidade do assunto.

Por influência dos acontecimentos e com o fim da ditadura militar, muitas ONGs e entidades ambientais foram criadas. Porém, não há como ter certeza se elas ainda existem hoje em dia e quais são suas reais atividades nos locais de atuação. A maior dificuldade para isso pode ser encontrada na distância entre elas, se pensar que o Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Muitos ambientalistas lembram que uma das maiores dificuldades que as ONGs encontram hoje em dia é fazer seus papéis sem bater de frente com os interesses políticos.

O ano de 1992 foi o marco no ambientalismo brasileiro e mundial. As Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência nas Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho daquele ano no Rio de Janeiro. Também conhecido como “Eco-92”, “Cúpula da Terra” e “Rio- 92”, o evento recebeu 175 países, 102 chefes de Estado, equipes de órgãos intergovernamentais como FMI e o Banco Mundial e milhares de militantes. O encontro se destacou não apenas as causas ambientais voltados à natureza, mas também aos danos causados pelo desenvolvimento e os problemas sociais nos locais mais pobres. Nessa Conferência,

foram aprovados três principais documentos que marcaram o século, são eles: a “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a “Agenda 21” e os “Princípios para a Administração Sustentável das Florestas”.

Na época, a mídia se voltou para o evento que prometia ser um dos mais importantes do século, criando diversas reportagens especiais sobre o tema. Ao organizar uma Conferência desse porte, a ONU mudou a agenda mundial. A Eco-92 pretendia continuar os assuntos discutidos na primeira conferência mundial da ONU sobre ecologia realizada 20 anos antes em Estocolmo. A imprensa destacava as expectativas para a principal mudança do pensamento ecológico que acontecia naquela época.

A realização da Eco-92 no Brasil também serviu para a proliferação da ideia de conservação da natureza e para o aumento de pessoas que se diziam preocupadas com o futuro da ecologia no país. O evento atraiu milhares de curiosos para entender e aprender sobre os temas que eram discutidos a portas fechadas, na qual somente autoridades específicas podiam participar. Outros aspectos que contribuíram para atrair muita gente foram outros encontros paralelos à conferência para que pessoas que não tinham autorização para entrar na conferência principal pudessem também discutir assuntos relacionados ao tema. Eram índios, ambientalistas, artistas, estudiosos e curiosos que deram a sua participação sobre os temas em debates de alguma maneira.

Muitos atribuem essa enorme participação popular a grande cobertura midiática nacional e internacional no local. Foi a maior cobertura jornalística da imprensa nacional sobre o assunto já vista no país. Todos se voltavam aos acontecimentos oficiais e não oficiais no Rio de Janeiro. Aproveitando o fato, os movimentos ambientalistas conseguiram mais espaço e visibilidade.

Porém, nem tudo foi um sucesso, críticos afirmam que os temas discutidos e os acordos firmados não foram bem resolvidos e até os dias atuais as metas não foram completamente atingidas. Além do fato de somente pessoas da posição dos governos terem oportunidade para participar dos encontros de decisão de ações que deveriam ser tomadas, o que acabou facilitando a aprovação de projetos mais viáveis para os governos vigentes. Ou seja, os acordos fechados foram aqueles que não comprometeram muito a política de cada país.

Passada a Rio-92, houve um retrocesso que fez com que várias entidades que dependiam de contribuições de terceiros não conseguissem se manter e fechassem as portas.

Outro fato igualmente importante para a ecologia mundial e que ainda hoje em dia gera muitas discussões entre as nações é o Protocolo de Kyoto. Com as primeiras assinaturas de 84 países em 1997, mas sem entrar em vigor, o protocolo chama a atenção para as mudanças climáticas. Nele é proposto aos países que o ratificaram desenvolver e/ou aprimorar as políticas e medidas para reduzir a emissão de gases poluentes que provocam o efeito estufa. Foi somente em 16 de fevereiro de 2005, com 129 adesões que o Protocolo entrou em vigor. Entre as medidas adotadas pelos países que participam do acordo está o aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia, a proteção de sumidouros e reservatórios desses gases, a valorização de projetos e políticas que promovam práticas sustentáveis, florestamentos e reflorestamentos e entre outros.

Em junho de 2012, a história ambiental foi marcada novamente pela Segunda Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. O evento, que ocorreu no Rio de Janeiro teve grande significado político e econômico no cenário mundial. A Conferência reuniu diferentes opiniões sobre os resultados, para alguns nada ficou claramente definido e para outros a comunidade mundial deu um novo passo a caminho do desenvolvimento sustentável.

Podemos chamar de avanços positivos nesse evento, em comparação com a Rio 92, a participação expressiva de todos os setores da sociedade no evento. A Cúpula dos Povos foi um encontro à parte no qual todos os setores, ONGs, grupos sociais e a sociedade civil organizada marcaram presença discutindo assuntos práticos do dia a dia que não precisam de políticas públicas para acontecer, somente a boa vontade da população basta. Já o setor industrial e que movimenta a economia de todo o mundo também esteve presente na Conferência com a preocupação em produzir com sustentabilidade e utilizando menos recursos naturais.

Porém, se para muitos a Eco 92 não teve avanços muito bem definidos e pensados somente por aliados aos governos vigentes, a Rio +20 foi um evento mais parcial e menos audacioso, segundo críticos ambientalistas.

É nítido que existe muito o que melhorar e que sem o apoio de políticas públicas de qualidade, participação da sociedade e dos formadores de opinião (leia-

se todos os que se relacionam com qualquer mídia de alguma forma), tudo se torna mais difícil.

A seguir, o quadro mostra um pouco mais dessa história em âmbito mundial e que com certeza influenciou no ambientalismo brasileiro.

Cronologia dos principais eventos internacionais relacionados ao meio ambiente

ANO	ACONTECIMENTO
1872	Criação do primeiro parque nacional do mundo "Yellowstone" (USA)
1900	Convenção para a Preservação dos Animais Selvagens, Pássaros e Peixes da África.
1902	Convenção para a Preservação dos Pássaros Úteis à Agricultura
1911	Tratado para a Preservação e Proteção das Focas de Pele.
1923	Congresso Internacional para Proteção da Natureza
1931	Convenção para Regularização da Pesca da Baleia
1940	Convenção sobre a Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental
1947	Fundada na Suíça a UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza
1966	Tratado Internacional sobre os Direitos Humanos - Assembléia Geral da ONU
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e uso racional dos recursos da biosfera.
1972	Conferência de Estocolmo
1973	Cites – Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção.
1977	Conferência Mundial sobre Desertificação (Quênia).
1977	Conferência das Nações Unidas sobre Água (Mar del Plata)
1977	Conferência de Tbilisi (Geórgia) que estabelece os princípios orientadores da Educação Ambiental.
1982	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
1982	Encontro de Nairobi (Quênia).
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).
1985	Convenção de Viena sobre Proteção da Camada de Ozônio.
1987	Protocolo de Montreal: controle da emissão de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.
1987	Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland (Nosso <i>Futuro Comum</i>) sobre <i>Desenvolvimento Sustentável</i> .
1988	Criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas
1989	Convenção de Basel: controle da movimentação de dejetos perigosos
1990	ONU Declara o ano 1990 como o "Ano Internacional do Meio Ambiente"
1992	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).
1992	Convenção sobre Diversidade Biológica
1992	Convenção sobre Mudanças Climáticas
1993	Conferência dos Direitos Humanos. Viena.
1994	Conferência Internacional sobre Segurança Química (Estocolmo);
1995	Conferência para o Desenvolvimento Social. Copenhague.

1994	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).
1995	Conferência Mundial do Clima. Berlim.
1996	Conferência Habitat II (Istambul).
1997	Rio + 5. Realizada em Nova York, teve como objetivo analisar a implementação da Agenda21.
1997	Adoção do Protocolo de Kyoto sobre redução dos gases estufa.
2000	Protocolo de Cartagena (Colômbia) sobre biossegurança
2000	A ONU estabelece os Objetivos do Milênio, os "8 Jeitos de Mudar o Mundo".
2000	I Foro Mundial de Âmbito Ministerial – Malmo (Suécia).
2002	Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 10), de Johannesburgo (África do Sul).
2005	Em 16 de Fevereiro entra em vigor o Protocolo de Kyoto.

Fonte: Alencastro citando Ribeiro, Barbieri e Dias

2. JORNALISMO: A RESPONSABILIDADE DA INFORMAÇÃO

A credibilidade do jornalismo é questionada por diversos setores da sociedade desde o início de sua existência. Para evitar análises superficiais é importante entender a influência que o jornalismo exerce sob o imaginário da sociedade e também algumas das teorias que estudam a mídia em geral. Essas explicam a função, importância e a aplicabilidade do jornalismo. Também é necessário entender como se organiza o processo de produção da notícia, que tem variado bastante ao longo da história e com o avanço tecnológico.

Não é recente a preocupação que os estudiosos do jornalismo têm com a falta de credibilidade da imprensa. Pena (2005; p.66) revela que essa preocupação com a comunicação já se inicia na Grécia Antiga quando Platão analisava a relação entre literatura e realidade. Ele dividia os discursos em mimético, expositivo ou misto.

Dessa forma, muitos pesquisadores adotam e estudam diversos fatores como história, sociologia, cultura, ideologia, tecnologia, civilizações, entre outros. A partir desses fatores muitos partem para a classificação e definição de gêneros da comunicação.

Para Pena (2005; p. 216), existem dois pontos principais que são sempre adotados, independentemente da teoria que se está tratando. Esses pontos são: "1. Porque as notícias são como são? E 2. Quais são os efeitos que essas notícias geram?".

Já o primeiro estudo e classificação no jornalismo registrado data do início do século XVII, quando o editor inglês Samuel Buckely dividiu as matérias do jornal *Daily Courant* em *News* (notícias) e *comments* (comentários). No Brasil, Luiz Beltrão seguido de José Marques de Melo, foram os pioneiros em classificar e definir as funções e aplicabilidades do jornalismo. As propostas de Beltrão se baseavam nos seguintes critérios:

“1. finalidade do texto ou disposição psicológica do autor, ou ainda intencionalidade; 2. estilo; 3. modos de escrita, ou morfologia, ou natureza estrutural; 4. natureza do tema e topicalidade; e 5. articulações interculturais (cultura).” (Idem; p.67)

Marques de Melo também leva em conta a geografia, contexto sociopolítico, cultura, modos de produção da notícia e as correntes de pensamento. Não diferente, outros estudiosos passaram a adotar conceitos e questões das sociedades em que viviam, principalmente França, Estados Unidos ou Alemanha. Isso porque cada lugar tem a sua peculiaridade no processo de produção da notícia. Mesmo assim, todas as teorias propostas não deixam de ser criticadas. Isso porque assim como o jornalismo, nenhuma pode ser considerada exata em seus critérios.

2.1 INFORMAÇÃO E FORMÇÃO DE OPINIÃO

Considerando o exposto, o jornalista passa a ser um participante ativo na construção da realidade. Porém, isso não o torna um “manipulador de notícias” por completo porque falta autonomia desse enquanto funcionário de um veículo de comunicação, que não deixa de ter as funções e necessidades de uma empresa. O que leva os jornalistas a receberem ordens daqueles que são donos dos veículos de comunicação que também tem os seus interesses financeiros e políticos.

Além disso, o curto prazo de tempo e o espaço no veículo de comunicação que esses profissionais têm para trabalhar fazem com que seja priorizada uma fonte ou outra, ou levar em conta uma fala ou outra. É como considerar a entrevista de um prefeito e não de um pedreiro, por exemplo.

O que não significa que o jornalista ignora a existência de alguns fatores definidos por Pena (2005; p.130) como extra jornalísticos ou pressões externas.

Também devem ser levados em conta os fatores de divisão de tarefas, como pauteiro, editor, repórter e outros, e novamente o *deadline*².

Isso tudo leva alguns estudiosos a acreditarem que pode existir uma “distorção inconsciente” da realidade, relacionada a rotina e cultura da profissão.

“Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do newsmaking” (PENA; 2005; p.130)

Logo é possível perceber que a teoria em questão analisa o paradigma da construção social da realidade, o que torna necessário avaliar os aspectos que interagem com esse sistema. Outro fato a ser considerado é o excesso de informação que afeta na compreensão do conteúdo que é passado à sociedade. O que acaba levando ao consumidor de notícias a confusão e afeta a sua capacidade de avaliação e interpretação das informações. Leão Serva (2001; p. 70) chama essa perda da capacidade interpretativa de “desinformação funcional” causada pelo excesso de informações que são diariamente disparadas por veículos de comunicação que competem por audiências diariamente. Ou seja, a notícia nem sempre é informação e acrescenta algo ao espectador.

“O consumidor de informações hoje se vê enredado em um cipal de notícias e meios (todos trabalhando sob o conceito de que notícias têm que ser novidades) que tira a capacidade de avaliação e compreensão das informações e possivelmente anula a sua capacidade de produzir signos interpretantes necessários para o acompanhamento de todas as notícias.” (SERVA; 2001; p. 78 - 79)

Leão Serva (2001; p. 65) ainda aponta que todas essas situações geram a *omissão* pela ausência de informação, afinal os jornalistas precisam comprimir tudo que aconteceu em pouco espaço. O que gera a *sonegação*, por considerar que muitos dos acontecimentos são de conhecimento dos profissionais da mídia, mas, mesmo assim, não foram incluídos no noticiário. Além da *submissão* porque, embora o fato tenha sido noticiado, a edição que foi feita não permite que o leitor entenda o acontecimento por completo, ou seja, todas as versões sobre o ocorrido.

² Horário limite para a entrega e publicação do trabalho jornalístico.

Essa técnica facilita para uma manipulação do real e omissão da verdade. O que “valoriza” a profissão de jornalista pela importância social e ao mesmo tempo agride a credibilidade da profissão que, por isso, tem sido muito estudada.

Levando tudo o que já foi citado em consideração, podemos perceber o quão contraditório, e ao mesmo tempo importante, é o jornalismo para a sociedade. A profissão não influi 100% no imaginário social, mas tem uma grande parcela de “culpa” nesse processo. É importante lembrar que a mídia se alimenta dos acontecimentos da sociedade, porém também influi nesses mesmos acontecimentos, como se fosse um ciclo assim como é o meio ambiente em que vivemos.

3. JORNALISMO E O MEIO AMBIENTE

A importância do meio ambiente e do jornalismo para a sociedade é clara, porém o objetivo desse trabalho é mostrar a importância dos formadores de opinião quanto à necessidade de contribuir para a formação da consciência ambiental da população.

O jornalismo tem a função social de instruir a população quanto ao real significado do termo “meio ambiente” e porque o tema tem se tornado cada vez importante no dia a dia da comunidade. É grande a lista de declarações de pessoas, cientistas, estudiosos e até mesmo comunicadores que acreditam que é importante lembrar e cuidar dele.

“Necessitamos em primeiro lugar, comunicar nossas idéias em linguagem mais simples e direta, capaz de envolver mais gente. Precisamos também de algum recolhimento para elaborar melhor a relação entre as idéias e a prática, achar maneiras de transformar o conhecimento em fazeres, em tecnologia, em substituição de coisas e comportamentos. Nesses tempos de informação rápida, superficial e excessiva sem recolhimento para avaliar e processar, restará o consumo: das novidades, dos tratados, das declarações sem compromisso.” (SILVA, Marina in TRIGUEIRO; 2008; p.9)

Não se trata de fazer uma apologia ao ecologismo e aos movimentos ambientalistas, mas sim ensinar que o meio ambiente está presente em todas as coisas que o homem faz e utiliza para sua sobrevivência. Como afirma Fritjof Capra (in TRIGUEIRO; 2008; p. 20), ao afirmar que a sobrevivência dos seres humanos na Terra depende da nossa “alfabetização ecológica – nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles”.

Para poder criar uma consciência social sobre a importância e o significado de meio ambiente é preciso primeiro que o jornalista saiba e entenda tudo isso para poder transmitir à população o que aprendeu sobre o assunto. No Brasil, a construção desse conhecimento por parte dos comunicadores sociais veio junto à necessidade de conhecer o assunto para realizar a cobertura jornalística de grandes efeitos.

O grande marco na história da cobertura jornalística ambiental do país foi a Conferência da ONU que ficou conhecida como “Rio-92”, já citada anteriormente. Nesse período muitos comunicadores sentiram a necessidade de se especializar e pesquisar mais sobre o tema que estava em evidência no mundo, e o Brasil, como sede do encontro, não poderia ficar para trás. Com tanta demanda sobre o assunto e pouco conhecimento por parte dos jornalistas abriu-se espaço para que muitos engenheiros, biólogos e técnicos pudessem se expressar escrevendo colunas, artigos e fazendo comentários sobre o que era discutido no evento.

Popularizava-se também termos e nomes técnicos que antes eram poucos conhecidos pela população, como sustentabilidade, biodiversidade e outros, passaram a fazer parte das pautas jornalísticas e das conversas entre amigos. Como sempre aconteceu na área da comunicação, os veículos se adaptaram e foram criadas novas seções que explicavam esses termos e a importância do tema para a sociedade. Esse foi o primeiro momento em que o jornalismo ambiental mais se evidenciou e cresceu no país.

Encontros paralelos a esse e que aconteceram na mesma ocasião também contribuíram para firmar o jornalismo ambiental no Brasil, é o caso da Convenção do Clima, que resultou no Protocolo de Quioto; a Declaração das Florestas, que voltou a atenção para as florestas brasileiras e principalmente a Amazônia; e a Agenda 21, uma programação que estabelece metas para melhorar a qualidade de vida para o século 21 e que até hoje em dia é um enigma entre os jornalistas e a população.

Após o encerramento do evento, a cobertura jornalística desse gênero enfrentou uma decadência que encerrou muitas editorias e seções de meio ambiente nos veículos de comunicação. Para alguns veículos o assunto foi tratado apenas para uma cobertura pontual de algum evento que recebeu grandes nomes nacionais e internacionais.

O mesmo pode ser constatado 20 após essa conferência, com a Rio+20, também citada anteriormente, onde o processo de cobertura midiática fez um

processo extremamente parecido. O que se destacou de diferente da primeira conferência da ONU no Brasil se relaciona somente com os meios de comunicação mais democráticos que em 1992, uma vez que o acesso à internet é muito maior e a existências de redes sociais virtuais para a propagação de informações que por muitas vezes não ganharam o espaço devido na mídia convencional.

Outro ponto que diferencia as coberturas midiáticas das conferências nesses dois períodos e que em 1992 facilitou esse ofuscamento do tema nos jornais foi o *impeachment* de Fernando Collor, que aconteceu logo em seguida da conferência. Mesmo assim, alguns comunicadores que o espaço que o meio ambiente conseguiu na mídia continua sendo válido.

Atualmente o meio ambiente é assunto tratado de forma mais diluída nos veículos de comunicação. Não há muitas editoriais voltadas para esse tema e a preferência nas redações voltada para as notícias factuais. Isso porque a sociedade vive um momento de imediatismo onde o consumo de notícias tem sido cada vez mais *on line*. As notícias ambientais como a escassez da água, desertificação e aumento na produção de lixo, apesar de ser atual, se tornam menos importantes. Porém, também cabe uma discussão sobre a maneira de como o assunto é abordado pelos veículos de comunicação.

“Para que a visão ambiental se incorpore ao jornalismo, é necessário não se limitar à factualidade ou em aspectos específicos. Deve-se, sim, apontar um sentido ou significado mais amplo, oferecendo elementos para a compreensão do acontecimento ou tema para além do vender informação.” (GIRARDI, 2006; p. 8)

A maioria das aparições do tema nos noticiários tem sido relacionada com fatos atuais, ou seja, como notícias factuais e que envolvam a sociedade. Meio ambiente é lembrado em datas comemorativas ou quando há algum acontecimento que se relaciona como, por exemplo, em enchentes e deslizamentos de terra que aconteceram em Santa Catarina em 2008 e no Rio de Janeiro em 2010.

A corrida dos veículos de comunicação para exibir as notícias antes dos concorrentes também tem a ver com a questão comercial e econômica. Vivemos em uma sociedade capitalista e os jornais não deixam de ser empresas que dependem de investidores, na maioria das vezes são anunciantes. A atualização dos acontecimentos de forma instantânea também passa à população a sensação de seriedade e credibilidade, o que ajuda a aumentar a audiência do veículo.

Muitas vezes a notícia ambiental, além de não factual, pode ferir de alguma

maneira interesses de empresas que anunciam nos jornais ou possam vir realizar isso um dia. A exposição de forma não agradável desses investidores ou possíveis investidores pode afetar as relações econômicas e políticas das empresas de jornalismo. Isso porque tem sido cada vez mais comum entre as grandes empresas se afirmarem como “verdes” ou “ambientalmente corretas”, é o que muitos definem como *marketing ambiental* ou *verde*.

Esse gênero de *marketing* e/ou publicidade virou algo comum entre as empresas que querem atrair mais clientes, que com o tempo vêm construindo uma consciência ambiental, e que consideram isto como uma estratégia de mercado. Muitas buscam certificações que garantam que elas seguem exigências e normas de qualificação e que comprovem que elas são menos poluentes ou algo do gênero, por exemplo, a ISO 14001.

Para Jacquelyn A. Ottman (1994, p. 46) o *marketing ambiental* ou *verde* divide-se em duas vertentes:

- “1. Desenvolver produtos que equilibrem necessidades dos consumidores, tenham um preço viável e conveniência com compatibilidade ambiental, ou seja exerçam um impacto mínimo sobre o ambiente.
2. Projetar uma imagem de alta qualidade, incluindo sensibilidade ambiental, quanto a os atributos de um produto e quanto ao registro de trajetória de seu fabricante, no que se refere a respeito ambiental.”

Outro fator que faz com que as empresas tenham um certo receio do jornalismo ambiental e usam o *marketing verde* como forma de atingir a sociedade é porque não haveria imparcialidade entre os comunicadores que se especializam nessa área, apenas a defesa ao meio ambiente e ao futuro da comunidade com a escassez de recursos naturais.

“O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade o uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo da energia limpa, dos três ‘erres’ do lixo - reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, em que o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos.” (TRIGEIRO, André; 2005 ; p. 89)

Essa discussão tem a ver também com o fato de alguns estudiosos acreditarem que o jornalismo ambiental deve mudar paradigmas e ter característica revolucionária. Nenhum tipo de revolução agrada a quem está no poder, independentemente de qual quer que seja o tipo poder. Também acreditam que esses comunicadores têm como característica a de denunciar as atividades de

pessoas e empresas que estejam agindo em desacordo com as leis ambientais. Tal notícia coloca em risco todo o discurso de empresas sustentáveis que o *marketing* construiu, relacionando a matéria jornalística as editorias policiais e é temida principalmente por grandes empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de todas as dificuldades do jornalismo, o ambiental encontra no seu caminho a linguagem técnica que é utilizada pelos estudiosos do meio, o cientificismo e os pré conceitos formados no imaginário da sociedade. Transformar termos técnicos em um discurso claro e explicativo de uma maneira que a sociedade, muitas vezes mal instruída, entenda não é uma tarefa fácil. Também existe uma grande dificuldade por parte dos comunicadores em explicar como e de que forma cada atividade poluidora pode afetar o meio ambiente e fazer a correlação com a nossa existência.

Conseguir traduzir esses termos em nomes mais claros, de maneira explicativa para a sociedade, e relacionar os fatos com os acontecimentos naturais também exige dos comunicadores conhecimentos que nem eles mesmos têm acesso. Nos muitos cursos de comunicação do país não há disciplinas que possam ajudar os futuros jornalistas no entendimento desses termos e fatos complexos que os estudiosos estão acostumados a lidar no dia a dia. Também são raras as especializações que relacionam a temática ambiental com a comunicação no Brasil.

Para muitos, as notícias que denunciam o mau uso dos recursos naturais não deixam de ser longe da realidade da maioria, pois é difícil de acreditar que um planeta que tem água e oceanos em abundância esteja sem o líquido potável em muitos lugares, por exemplo. Ou entender a importância de verificar e utilizar produtos de empresas devidamente licenciadas ou certificadas relacionando com a importância da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Relativamente novo, o jornalismo ambiental que teve o seu auge no Brasil na década de 1990 ainda tem muito o que evoluir e melhorar. Atualmente são muitos os comunicadores que se interessam por essa área, porém são poucas as grandes empresas midiáticas que dão espaço para isso em seus veículos de comunicação. Com a função de informar e formar a consciência da população o jornalismo não

pode deixar de lado mais essa vertente que tende a ser cada vez importante para a população.

Aos poucos, os veículos estão entendendo essa necessidade e mudando a sua forma de noticiar o tema. Porém, o que é feito hoje em dia ainda é muito pouco. É preciso retomar o clima e as coberturas jornalísticas que foram realizadas na década de 90, influenciadas pela Rio-92, ou até mesmo recentemente em 2012, com a Rio +20, momentos em que o tema foi mais popularizado tornando conhecidos os termos antes desconhecidos pela maior parte da sociedade.

É preciso fazer com que essas datas deixem de ser necessárias para fomentar a temática na imprensa tradicional, é necessário que a temática esteja inserida diariamente nos noticiários. Principalmente de forma que o meio ambiente não seja somente um fator que impede o desenvolvimento da comunidade, mas como algo que permite sim o crescimento, porém sustentável.

Mostrar bons exemplos é também uma forma de educar aqueles que tem a mídia como principal e único canal de aprendizado. Além do fato de criar no imaginário da sociedade uma referência sobre a temática.

Além desses desafios, o jornalismo ambiental também precisa se inserir cada vez mais nas mídias não convencionais, nos meios de comunicação *online* e nas redes sociais de maneira informativa sem fazer juízo de valor ou com características revolucionárias.

O tema precisa ser inserido no dia a dia da sociedade de forma natural e constante, para que os leitores, espectadores, ouvintes e telespectadores possam criar de maneira livre o imaginário real e cobrar das autoridades, das empresas e de toda a população atitudes que são realmente compatíveis com o desenvolvimento sustentável de nosso planeta.

REFERENCIAS:

BUENO, Wilson da Costa; “Comunicação, Jornalismo e sustentabilidade: uma leitura crítica”; <http://www.livrariacultura.com.br/imagem/capitulo/3219595.pdf>; acessado em 06/08/2010

URBAN, Teresa; “Um novo olhar sobre o meio ambiente”; http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/pontodevista/tereza_urban_um_novo_olhar.pdf; acessado em 06/08/2010

URBAN, Teresa; “Missão Quase Impossível”; editora Petrópolis; 2001

Seminário Nacional sobre Desastres Ambientais (2000: Curitiba, PR) - Desastres Ambientais / Seminário realizado em 7 e 8 de novembro de 2000. Brasília: OCONFEA, 2001

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ambientalismo e relações políticas internacionais. In: TRAGLIARI, Vanessa Angely (org). Relações internacionais: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: Juruá, 2009. p. 145-162.

PENA, Felipe; “Teoria do Jornalismo”; editora Contexto; 2005

SERVA, Leão; “Jornalismo e Desinformação”; editora Senac São Paulo; 2001

MEDINA, Cremilda; “Notícia um produto à venda”; editora Summus Editorial; 1978

TRIGUEIRO, André; “Meio Ambiente no século 21”; editora Armazém do Ipê; 2008

GIRARD, Ilza Tourino; “Pensando Jornalismo Ambiental na Ótica da Sustentabilidade”; 2006; http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNlrev_Girardi.PDF, acessado em 4/06/2011.

FILHA, Elza Aparecida de Oliveira; “Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos”; 2003; <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1098.html>; acessado em 05/06/2011

PAULA, Caco de; “[Rio+20 teve grandes resultados](http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/riomais20/2012/07/03/rio20-teve-grandes-resultados/)”; 2012; <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/riomais20/2012/07/03/rio20-teve-grandes-resultados/> ; acessado em 18 de novembro de 2012

OTTMAN, Jaquelyn A.; “Marketing Verde: Desafios e Oportunidades Para Nova Era do Marketing”. São Paulo: Makron Books, 1994